



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa
24 de agosto de 2021

Ata da Octagésima Oitava Sessão Ordinária

Às dezoito horas e nove minutos do dia vinte e quatro do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jair Farias, Primeiro-Secretário e pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Fabion Gomes, Issam Saado e Nilton Franco. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 496/2021, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Enafif – Entidade de Associação Filantrópica do Município de Figueirópolis – TO”; Projeto de Lei número 497/2021, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “dispõe sobre obrigatoriedade de inserção da informação do tipo sanguíneo e do fator Rh na emissão da Declaração de Nascido Vivo (DNV) e a ser expedida por hospitais e maternidades públicas e particulares do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 498/2021, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “obriga supermercados e estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções lançadas por esses estabelecimentos e dá outras providências”; Projeto de Lei número 499/2021, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “institui nas escolas da rede estadual de ensino o programa “Estudante Frequente”, com intuito de combater a evasão escolar e resguardar a integridade dos alunos”; Projeto de Lei número 500/2021, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Produtores do Projeto de Assentamento Reis”; Projeto de Lei



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

número 502/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “declara de Utilidade Pública Estadual o NQMTO-Núcleo de Cavalos de Quarto de Milha do Tocantins, localizado no município de Palmas-TO”; Projeto de Lei número 503/2021, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula, que “dispõe sobre a exigência da apresentação do comprovante de vacina contra a Covid-19, para os fins que especifica, no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 504/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Júlio Manoel da Silva Neto”; Projeto de Lei número 506/2021, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui a campanha Verão no Trânsito a ser realizada nas praias do Estado do Tocantins”; Ofícios oriundos da Secretaria de Estado da Saúde, comunicando a celebração de convênio e liberação de recursos financeiros a diversos municípios; Ofício oriundo da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura, informando celebração de termo de convênio com a Prefeitura de Dois Irmãos do Tocantins; e Ofícios oriundos da Agência Tocantinense de Obras – Ageto, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Olyntho Neto, Professor Júnior Geo e da Senhora Deputada Vanda Monteiro. Na Apresentação de Matérias, foram lidos os Requerimentos que receberam os números 1.706 a 1.708. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

receberam os números 1.694 e 1.695, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; e 1.708, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em votação o Requerimento número 1.709, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Oliveira, Líder do Governo, que requer dispensa de interstícios ou formalidades regimentais nos termos dos arts. 72 e 133, a inclusão na Ordem do Dia da presente Sessão e convocação de Sessão Extraordinária, nos termos do art. 80, § 1º, para discussão e votação das matérias referentes a Medida Provisória número 8/2021, Projetos de Lei de autoria do Senhor Governador números 4/2021, 5/2021, 6/2021 e 9/2021; Projetos de Lei de autoria da Casa números 315/2019, 385/2019, 47/2020, 288/2020, 299/2020, 396/2021 e Projeto de Lei Complementar número 2/2021, o qual votado, foi aprovado. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 8/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre o processamento de evoluções funcionais, na forma que especifica, e adota outras providências”, a qual votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, promulga a Lei número 3.815, de 24 de agosto de 2021, e encaminha à Secretaria para comunicar a autoridade competente. Foi anunciado, em



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 5/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza a concessão e demais espécies de parcerias público-privadas das Unidades de Conservação do Estado do Tocantins e áreas adjacentes, e adota outras providências”; o qual votado, foi aprovado com os votos contrários dos Senhores Deputados Elenil da Penha, Professor Júnior Geo e Zé Roberto Lula e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira, fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 6/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “cria o Fundo Especial de Créditos Inadimplidos e Dívida Ativa – Fecidat, o Fundo de Ativos Imobiliários do Estado do Tocantins – Faito e do Fundo de Investimentos Imobiliários do Estado do Tocantins – Fiito, altera a Lei número 3.666, de 13 de maio de 2020, e adota outras providências”, o qual votado, foi aprovado com o voto contrário do Senhor Deputado Zé Roberto Lula, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 396/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a autorização para cultivo da espécie exótica *Pangassius Hipopthalmus* no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, o qual votado, foi aprovado com o voto contrário do Senhor Deputado Professor Júnior Geo e



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

abstenção do Senhor Deputado Zé Roberto Lula, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 4/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza a concessão e demais espécies de parcerias público-privadas dos Terminais Rodoviários do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; 9/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o art. 3º da Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre a redução da base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica”; 315/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a proibição da distribuição ou venda de sacolas plásticas e disciplina a distribuição e venda de sacolas biodegradáveis ou biocompostáveis a consumidores em todos os estabelecimentos comerciais do Estado do Tocantins e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 378/2019; 385/2019, de autoria do Senhor Deputado Ivan Vaqueiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Idosos, Grupo Renascer – AAIGR de Ponte Alta do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 464/2019; 47/2020, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, que “proíbe a prática de brigas (rinhas) de cães e galos no Estado do Tocantins e dá outras providências”; 288/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Ribeiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Jovens Empresários e Empreendedores do Tocantins – Ajeeto”; e 299/2021, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “institui o “Passaporte Equestre” e dá outras providências”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 2/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei Complementar número 13, de 18 de julho de 1997, que dispõe sobre a regulamentação das atividades de pesca, aquicultura, piscicultura, da proteção da fauna aquática e dá outras providências”, o qual votado, nominalmente, com dezoito votos sim, perfazendo um total de dezoito votantes, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e quarenta e oito minutos, convocando Sessão Ordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário